

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Imprensa

Class.: H2R00414

Data: Outubro de 1987

Pg.: \_\_\_\_\_

### Credibilidade



## Onde está a mentira?

*Ao publicar documentos suspeitos contra o CIMI, o Estadão passa de acusador a acusado*

Pode ter sido maldição de algum pajé ou apenas obra do azar. Mas a série de reportagens que O Estado de S. Paulo publicou a partir de agosto, com pesadas acusações contra o Cimi - Conselho Indigenista Missionário, acabou empurrando o jornal para uma das mais incômodas situações já vividas em seus 108 anos de história: a de ver sua credibilidade posta em dúvida, justamente ao iniciar uma campanha. Três meses depois das primeiras denúncias, a questão permanece: o Estadão foi enganado, agiu de má-fé ou simplesmente deu um magnífico furo jornalístico?

As reportagens sobre o Cimi, em síntese, acusavam os missionários de articular uma conspiração internacional para restringir a soberania brasileira sobre os territórios ocupados pelos índios. Como em muitas dessas reser-  
váveis, o preço em recursos mine-  
ras dessa conspiração teria por trás o oligopólio internacional do minério, interessado em estagnar o Brasil no setor.

**Direito de resposta** - Os documentos mais importantes, que sustentaram durante semanas as acusações do Estadão, eram quatro: "Diretrizes N.º 4 - Brasil Ano Zero", emitido pelo Conselho Mundial das Igrejas Cristãs; "Diretrizes N.º 4 - Brasil Ano 6", assinado pelo secretário-executivo do Cimi, Antônio Brandt; uma carta de Brandt a um colega; e um relatório de uma reunião supostamente havida entre um

certo Mauro Rodrigues Nogueira - cidadão desconhecido até então, fundador e presidente de uma entidade não menos obscura, a Fundação Biblioteca de Desenvolvimento Econômico do Brasil - e representantes do Cimi, do Cedi (Conselho Ecumênico de Documentação e Informação) e da CNBB.

Dom Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, juntamente com representantes do Cimi e do Cedi, protestou, arguindo o direito de resposta, irreprensivelmente respeitado pelo Estadão, os religiosos acusaram o jornal de publicar informações inverídicas, baseadas em documentos falsos. Alegaram desconhecer a existência do Conselho Mundial das Igrejas Cristãs e negaram que Brandt tivesse escrito os documentos a ele atribuídos, ou que houvesse acontecido a suposta reunião.

A briga ficou na palavra de um lado contra o outro, até que o relatório da Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, constituída no Congresso Nacional para apurar as acusações do jornal, concluiu, no início de outubro, que os documentos apresentados como básicos e fundamentais eram "apócrifos, ou de autoria não confirmada por perícia do próprio jornal". O senador Ronan Tito (PMDB-MG) eximiu, porém, o Estadão de qualquer responsabilidade pela aparente falsidade dos documentos.

"Falsidade ideológica" - Segundo Tito, em seu relatório, o jornal teria si-

do "ludibriado em sua boa-fé", já que o material que sustentou as acusações "tem fortes indícios de falsidade ideológica". Logo depois, entretanto, Mauro Rodrigues revelou - numa atitude sem precedentes entre as fontes "off" da imprensa brasileira - ser o responsável pelo fornecimento dos documentos ao jornal.

**Palavra contra palavra** - Procurado por IMPRENSA para falar pela empresa, o jornalista Oliveiros Ferreira, diretor do Estadão, preferiu não dar nenhuma declaração - nem confirmar se realmente Mauro Rodrigues foi a fonte dos documentos. Segundo ele, tudo o que o Estadão teria a dizer já foi dito em seus editoriais, especialmente no de 8 de outubro, dia seguinte à reunião da Comissão de Inquérito. Nesse editorial, que ocupa quase toda a página três, o jornal refuta a afirmação de que foi "ludibriado", sustenta que os documentos são verdadeiros e acusa Ronan Tito de não estar querendo ir a fundo na apuração das acusações. Para o Estadão, o senador examinou os quatro documentos básicos, mas deixou de lado outros dois, que surgiram no transcorrer dos trabalhos da Comissão, e que seriam também importantes para comprovar as acusações. Em suma, Ronan Tito estaria tentando esvaziar as investigações para encerrar suas atividades e não apurar o mérito da questão.

O secretário executivo do Cimi, Antônio Brandt, vê nessa postura do jornal - e nas entrevistas dadas por Mauro Nogueira, nessa mesma linha - uma tentativa de desviar a atenção dos documentos que serviram de base para as reportagens. Isso, para Brandt, é um indício de que sabem da falsidade desses documentos. "Mas enquanto um inquérito policial não comprovar essa falsificação, vai ficar a palavra deles contra a nossa."

Além do Estadão, O Globo e Correio Brasiliense publicaram as acusações, com igual destaque. Do lado do Cimi, ficou apenas um jornal alternativo, o semanário Retrato do Brasil, que publicou uma série de matérias, apontando ligações entre Mauro Nogueira e a Paranapanema, empresa mineradora que, segundo o jornal, "tem interesses no subsolo das áreas ocupadas pelos índios".

«Enfim, esta é uma história em que um dos lados envolvidos está mentindo, por mais deplorável que isso seja. Até que surjam evidências mais concretas, o Estadão e a Igreja terão de conviver com a incômoda companhia da desconfiança. X